

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Early childhood education concepts according to the Brazilian National
Common Core Curriculum (BNCC)

Juliana Paula Sitnieski¹; Franciele Fátima Marques²

¹ Pedagoga (URI). Professora dos Anos Iniciais do Sistema Público Municipal de Ensino de Erechim/RS. *E-mail*: ju_sitnieski@hotmail.com

² Pedagoga. Mestre e Doutora em Educação (UPF), com estágio doutoral sanduíche em Filosofia pela UMINHO/Braga-Portugal. Professora do Sistema Público Municipal de Ensino de Erechim/RS. *E-mail*: francielemarques@hotmail.com

Data do recebimento: 22/06/2021 - Data do aceite: 02/09/2021

RESUMO: A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, consiste em um período de suma importância no desenvolvimento integral da criança. Esta pesquisa versa sobre as concepções de Educação Infantil que estão presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Inúmeros são os questionamentos e incertezas que se relacionam à temática em questão, tornando-se um o tema central da escrita: Quais as concepções de Educação Infantil que podemos encontrar na BNCC? Tem como objetivo geral, analisar as concepções de Educação Infantil que estão explícitas no documento norteador da organização pedagógica das escolas atualmente, a BNCC e, como objetivos específicos: buscar fontes bibliográficas que permitam fundamentar a elaboração da pesquisa; conhecer o processo histórico que envolve a Educação Infantil; estabelecer o conceito de Educação Infantil de qualidade; compreender os fundamentos da BNCC para a Educação Infantil, quais são seus propósitos e o que ela traz de mudanças de concepções para a primeira etapa da Educação Básica a partir da sua implementação. Entende-se assim, a Educação Infantil como um período fundamental para o desenvolvimento integral da criança e sendo a escola um espaço de convivência, de brincadeiras, de jogos, de socialização e de inúmeras aprendizagens, justifica-se a presente

pesquisa, por estar preocupada com as mudanças trazidas pela BNCC e a atuação dos profissionais da Educação Infantil mediante estas.

Palavras-chave: Concepções de Educação Infantil. Criança. Direitos. Desenvolvimento. Qualidade. Escola.

ABSTRACT: Early Childhood Education, the first stage of Basic Education, consists of a very important period in the child integral development. This research deals with the conceptions of Early Childhood Education that are present in the Brazilian National Common Core Curriculum (BNCC). There are countless questions and uncertainties related to the theme, which makes it the central topic of this writing: What conceptions of Early Childhood Education can be found in the BNCC? The general aim of this study is to analyze the conceptions of Early Childhood Education that are explicit in the guiding document of the pedagogical organization of schools today, the BNCC, and the specific objectives are: to search for bibliographical sources that allow to support the elaboration of the research; to know the historical process involving Early Childhood Education; to establish the concept of Early Childhood Education quality; to understand the foundations of BNCC for Early Childhood Education, what its purposes are and what concept changes it brings for the first stage of Basic Education from its implementation. Thus, Early Childhood Education is understood as a fundamental period for the integral development of the child and as school is a space for coexistence, games, socialization and countless learning, this research is justified because it is concerned with the changes brought about by the BNCC and the performance of professionals in Early Childhood Education through these.

Keywords: Conceptions of Early Childhood Education. Kid. Rights. Development. Quality. School.

INTRODUÇÃO

O sistema e o processo histórico da Educação Infantil tiveram diversas mudanças e conquistas ao longo dos anos. A última delas, foi a aprovação e a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento criado para que todas as escolas tenham um padrão mínimo de educação, ou seja, uma tentativa de “padronização” no que se refere à qualidade do ensino no país, especialmente em nível público.

A Educação Infantil passa a ser compreendida como um espaço em que o educador

proporciona momentos de convivência, de brincadeiras, de incentivo à criatividade, à autonomia e à socialização. Nesse ambiente a criança pode ser a protagonista da sua própria história, de suas vivências, ou seja, a Educação Infantil é o lugar de se viver a infância.

Esta pesquisa versou sobre os avanços e desafios no fazer pedagógico a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo um questionamento o tema central da escrita: Quais os avanços e desafios que permeiam o fazer pedagógico na Educação Infantil, a partir da aprovação e implementação da BNCC? Tem por objetivo analisar os avanços e desafios que permeiam o fazer

pedagógico na Educação Infantil, a partir da implementação da BNCC.

A revisão bibliográfica é feita mediante leitura e fichamento de cada obra, ressaltando os pontos abordados pelos autores pertinentes ao assunto em questão. Usa-se do método hermenêutico, ou seja, a discussão das principais ideias dos autores pesquisados. Do ponto de vista de sua natureza é uma pesquisa básica, uma vez que tem como objetivo gerar conhecimentos novos e de interesse universal e, exploratória, pois utiliza-se de levantamento bibliográfico, livros e artigos.

A BNCC, política voltada à estrutura e à organização da Educação Infantil, não é, no entanto, um currículo pronto, com normativas exclusivas e únicas. Ela é implementada como uma orientação aos objetivos de aprendizagem de cada etapa da formação escolar, sem ignorar as particularidades de cada escola no que diz respeito às metodologias de ensino e aos aspectos sociais e regionais de cada instituição de Educação Infantil. Ou seja, cada instituição terá, com base na BNCC, a liberdade de construir o seu currículo, utilizando de estratégias que julgam mais adequadas ao que está exposto em seu projeto político pedagógico.

Entendendo, assim, a Educação Infantil como um período fundamental para o desenvolvimento integral da criança e, sendo a escola um espaço de convivência, de brincadeiras, de jogos, de socialização e de inúmeras aprendizagens, justifica-se a presente pesquisa, por estar preocupada com as concepções de Educação Infantil que estão fundamentadas pela BNCC e a atuação dos profissionais da Educação Infantil mediante estas novas proposições.

Percurso histórico da Educação Infantil

Com base em autores e diferentes leituras, pode-se dizer que do ponto de vista histórico,

a educação das crianças foi durante séculos responsabilidade exclusiva das famílias. Era um processo cultural onde através do convívio com os adultos elas participavam das tradições, aprendiam normas e regras, sendo considerados “adultos em miniatura”.

A história da infância e da Educação Infantil nos remete a pensar na criança como um sujeito incluído num processo histórico social. A infância tem se constituído, ao longo do tempo, como um período de intensas mudanças, pois, em nenhuma outra fase da vida do ser humano, ocorrem transformações tão significativas como nesse período. Para a criança, é um momento decisivo na constituição da sua personalidade.

No Brasil, as primeiras tentativas de organização “educacional”, surgiram com uma estrutura assistencialista, com o intuito de auxiliar as mulheres que trabalhavam fora de casa e as viúvas vulneráveis. Outro elemento que contribuiu para o surgimento dessas instituições foram o acolhimento aos órfãos abandonados. Não podemos deixar de expor aqui, uma das instituições mais duradoras de atendimento à infância desvalida no Brasil, a Roda dos Expostos ou a Roda dos Excluídos, ligada diretamente às instituições de caridade, em que se deixavam crianças que os pais abandonavam por não terem condições de criá-las. (MARCILIO, 1997).

Ela surgiu no Brasil, no século XVIII, no ano de 1726, na cidade de Salvador na Bahia, junto à Santa Casa de Misericórdia. Muitas crianças, chegavam desnutridas, portadoras de doenças e ali recebiam os cuidados médicos para tentarem sobreviver, as crianças que não tinham sido batizadas, recebiam ali o batismo através do Padre ou em casos de urgência pelo Ama. Após receberem esses cuidados, a criança era cuidada por uma Ama ou encaminhada para as famílias estereis, mas estas não tinham direitos assegurados por lei. (MARCILIO, 1997).

Com o passar dos anos, tornou-se inviável manter as Santas Casas de Misericórdia, por falta de recursos, tendo seu fim em 20 de dezembro de 1950, na cidade de São Paulo. É importante destacar que, durante décadas, foram criadas alternativas para atender as crianças de classes menos favorecidas, pois as famílias com poderes aquisitivos maiores conseguiam pagar uma babá. Já os de classes menos favorecidas deixavam os filhos sozinhos ou eram “obrigados” a colocar em uma instituição que os cuidasse em tempo integral.

Nesse período, foi criado, no Rio de Janeiro, o Instituto de Proteção à Infância pelo médico Carlos Arthur Moncorvo Filho, com o objetivo não só de atender as mães grávidas pobres, mas de dar assistência aos recém-nascidos. Outra instituição importante criada nesse mesmo período, foi o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, que tinha como objetivo fiscalizar as instituições de atendimento à criança, como também o de combater o trabalho das mães voluntárias que cuidavam das crianças de maneira precária. (MARCILIO, 1997).

Pode-se destacar que, até no final dos anos setenta, pouco se fez em termos de legislação para garantir a oferta desse nível de ensino. Já na década de oitenta, começam a surgir organizações não-governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidades acadêmicas e a população civil, com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o seu nascimento. Do ponto de vista histórico, foi preciso um século para que a criança tivesse garantido o seu direito à educação na legislação. Foi com a Carta Constitucional de 1988 que esse direito foi efetivamente reconhecido.

Com a pressão dos movimentos, na Assembleia Constituinte, possibilitou a inclusão da creche e da pré-escola no sistema educativo, ao inserir, na Constituição Federal de 1988, em seu em seu artigo 208, o inciso IV:

“[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988a). A partir dessa Lei, as creches, anteriormente vinculadas à área de assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação. Tomou-se por orientação o princípio de que essas instituições não apenas cuidam das crianças, mas devem, prioritariamente, desenvolver um trabalho educacional.

A Constituição de 1988, passou a ver a educação como um direito de todos, seu conceito de escolarização obrigatória foi ampliado, a Educação Infantil deixa de oscilar entre Assistência Social e Educação. Ela passa a ser gratuita e a vaga obrigatória. A partir daí o estado dá início à localização dos estudantes que deveriam estar nas escolas, mas que por diferentes motivos tornavam-se “invisíveis”.

Dois anos após a aprovação da Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, regulamenta o art. 227 desta Constituição e insere as crianças no mundo dos direitos humanos. De acordo com seu artigo 3º, a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1994a).

Segundo Ferreira (2000, p. 184), essa Lei é mais do que um simples instrumento jurídico, porque:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com

direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.

Destaca-se ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que, ao tratar da composição dos níveis escolares, insere a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Essa, define que a finalidade da Educação Infantil “é promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996). Criada com base nos princípios da Constituição Federal, estabelece os deveres do Estado em relação à educação da escola pública, definindo as responsabilidades com a colaboração da União, do Distrito Federal e dos Municípios.

A educação passou a ser dividida em dois níveis: 1. Educação Básica, composta pela Educação Infantil, o ensino fundamental e o ensino médio; e 2. Ensino Superior. A Educação Infantil – creche de (0 à 3 anos), sendo gratuita, mas não obrigatória, pré-escola de (4 e 5 anos) obrigatória, ambas de competência do município.

Desse modo, houve um grande avanço no que diz respeito aos direitos da criança, uma vez que a Educação Infantil, além de ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, embora não obrigatória, é um direito da criança e tem o objetivo de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento do bem-estar, do desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação de suas experiências.

Em consonância com a legislação, o Ministério da Educação publicou, em 1998, dois anos após a aprovação da LDB, os documentos “Subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação Infantil” (BRASIL, 1998b), que contribuiu,

significativamente, para a formulação de diretrizes e normas da educação da criança pequena em todo o país, e o “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” (RCNEI, 1999), que é uma referência para a construir-se um currículo, sendo de caráter nacional.

O RCNEI tem como meta, o desenvolvimento integral da criança e como objetivo principal, esclarecer o que deve ser desenvolvido e “ensinado” para a criança na Educação Básica e contribuir para a implementação de práticas educativas de qualidade no interior dos Centros de Educação Infantil. Sua organização se dá através de eixos, que devem ser considerados de forma integrada: movimento, identidade e autonomia, conhecimento de mundo, artes visuais, músicas, linguagem oral e escrita, natureza/sociedade e matemática.

Barreto (1998, p. 25) ressalta que:

Apesar do avanço da legislação no que diz respeito ao reconhecimento da criança à educação nos seus primeiros anos de vida, também é importante considerar os inúmeros desafios impostos para o efetivo atendimento desse direito, que podem ser resumidos em duas grandes questões: a de acesso e a da qualidade do atendimento. As instituições de Educação Infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastante aquém dos desejados [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar.

A busca pela qualidade na educação envolve diferentes questões, como o projeto educativo de cada instituição, a formação e a

valorização do professor, recursos financeiros destinados a essa faixa etária, sendo necessário, contudo, garantir que esses recursos sejam efetivamente empregados nesse nível de ensino. Para que essa finalidade seja cumprida no âmbito da legislação, foi aprovada, no ano de 2001, a Lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação, que teve por objetivo principal estabelecer as metas para todos os níveis de ensino, cuja vigência se estenderá até o ano de 2010.

Com o intuito de melhorar a qualidade da educação no país e fazer-se cumprir com esse objetivo em 26 de julho de 2014, o Congresso Federal aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece 20 metas a serem atingidas nos próximos 10 anos.

Os principais desafios estão relacionados à evolução da alfabetização e inclusão, à formação continuada dos professores e a expansão do ensino profissionalizante. Para a Educação Infantil, ele previa que até 2016, todas as crianças com idade entre 4 a 5 anos estariam matriculadas na pré-escola e a oferta de vagas em creches, seria ampliada atendendo no mínimo 50% das crianças menores de 3 anos e 11 meses até 2024.

Um dos principais objetivos do documento é reduzir as desigualdades sociais e regionais no que diz respeito à entrada e permanência da criança e do adolescente no ensino público. Muitos foram os avanços com relação às crianças e à legislação, mas muitos desafios acompanharam a trajetória histórica das instituições, já que muitas delas se restringiam aos cuidados físicos, de higiene e a alimentação, ao invés de um trabalho para os aspectos educativos.

Qualidade na Educação Infantil: conceito e desafios

A Educação Infantil é motivo de discussões ao longo dos anos, principalmente

sobre sua finalidade e qualidade. A principal mudança foi o seu reconhecimento nas diferentes legislações, como já destacado anteriormente. Na transição da “creche” para Instituição Educacional, os questionamentos sobre a qualidade oferecida nesses espaços começaram a surgir, como nos diz Brasil (1998, p. 23):

Nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de Educação Infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar [...]. As novas funções para a Educação Infantil devem estar associadas a padrões de qualidade.

Desta forma, o governo em busca de uma “normatização” educacional passou a oferecer algumas diretrizes, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (PNQEI) e Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (IQEI), para controlar o desempenho da mesma. Segundo os Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (2009, p.14):

[...] a qualidade pode ser concebida de forma diversa, conforme o momento histórico, o contexto cultural e as condições objetivas locais. Por esse motivo, o processo de definir e avaliar a qualidade de uma instituição educativa deve ser participativo e aberto, sendo importante por si mesmo, pois possibilita a reflexão e a definição de um caminho próprio para aperfeiçoar o trabalho pedagógico e social das instituições.

Para que se conquiste qualidade no ensino, é necessário refletir alguns aspectos que norteiam as instituições de Educação Infantil: o currículo, o respeito às diferentes culturas e o direito da infância, espaços adequados e organizados, rotinas e projetos, mas para isso

é necessário investimento, sem se esquecer do corpo docente que é o ponto chave da qualidade.

Zabalza (1998, p. 32) nos diz que:

A qualidade, pelo menos no que se refere às escolas, não é tanto um repertório de traços que se possuem, mais sim algo que vai sendo alcançado. A qualidade é algo dinâmico (por isso faz-se mais alusão às condições culturais das escolas do que aos seus elementos estruturais), algo que se constrói dia a dia e de maneira permanente.

Na década de 1980 com as mudanças ocorridas nas políticas educacionais, a palavra “diretor”, começou a ser questionada, colocando tensão para que o mesmo revelasse sua face de educador. Lança-se uma proposta onde as direções das escolas não seriam mais exercidas por um único indivíduo, mas por um colegiado, com diversos representantes do processo educativo, o que auxiliou na qualidade da educação.

No ano 1982, passou-se a estimular a eleição para a escolha dessa equipe, a comunidade passa a participar das decisões políticas pedagógicas, administrativas e financeiras.

Nos dias atuais, ainda encontramos resistência a essa iniciativa, alegando-se que os pais não se sentem preparados para uma gestão participativa, que professores e funcionários permanecem inseguros e o diretor não consegue abrir mão da sua liderança, para exercitá-la democraticamente no processo onde toda a comunidade irá crescer e desenvolver-se junto. Mas, muito se progrediu com relação a Gestão Democrática, mesmo com esses impasses.

Falando especificamente da Gestão da Escola de Educação Infantil, a qualidade nos serviços desenvolvidos na escola, vai depender do trabalho que cada pessoa realiza no seu interior. O gestor escolar da Educação Infantil, deve compreender o desenvolvi-

mento infantil com a sua respectiva idade, no contexto físico, social, comunicativo e expressivo, conhecendo integralmente a criança da creche e pré-escola.

Um exemplo da gestão escolar democrática é a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) interligado ao currículo, pois é nele que são organizadas as metas que a escola deseja atingir, ou seja, estabelece a direção da escola e o caminho que ela deve percorrer, nele estão reunidas diversas propostas de ação que irão ser executadas durante um período de tempo. É por meio dele que são formados seres críticos que atuam na sociedade, não é um documento construído para ficar engavetado, desatualizado e inacabado, deve servir de parâmetro e referência para se discutir a educação e seu desenvolvimento nas escolas.

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado todos os momentos, por todos envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 1995, p. 12-13).

Além do PPP o currículo é determinante para o bom desenvolvimento e para a qualidade escolar, porque crianças que frequentam a Educação Infantil tem um melhor desempenho na carreira escolar. Ele deve ser construído com base no PPP, pois organiza e define as atividades do ano letivo, deve ser construído de forma coletiva, unindo a teoria com a prática, lembrando sempre da realidade da comunidade escolar e do conhecimento prévio das crianças. O currículo deve ser flexível, podendo ser modificado quando necessário. Veiga (1995, p. 26-27) também estabelece um conceito sobre currículo:

Currículo é a construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que essa construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e a forma de assimilá-los, portanto, produção, assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, do currículo propriamente dito. Nesse sentido o currículo, refere-se à organização do conhecimento escolar.

Além dos aspectos já citados, para se obter qualidade na educação é preciso pensar em um espaço organizado. Fator estimulante para a produção do conhecimento para as crianças, a organização das salas de aula, devem partir do interesse das mesmas, contribuindo na construção do ambiente, dividindo em cantos temáticos para facilitar o acesso da criança com os objetos/materiais do seu interesse. Exemplo de cantos temáticos: canto da leitura, das experiências, da musicalização, das artes, da natureza, da beleza, etc.

Os objetos de uso diário das crianças devem estar ao seu alcance, oferecendo oportunidades para que ela se desenvolva individualmente, participando da organização e construindo sua autonomia, desenvolvendo habilidades cognitivas, motoras e afetivas.

Assim como em muitos e outros aspectos do planejamento do ensino, também na organização do espaço é preciso que o professor(a) tenha uma atitude de observação que o mantenha informado da influência que o projeto do ambiente está exercendo sobre a conduta das crianças e sobre a sua aprendizagem [...]. (ZABALZA, 1998, p. 288).

O brincar é muito importante é na brincadeira que a criança está se constituindo indivíduo, compartilhando significados. Ao brincar, expressa seus anseios, amplia seus conhecimentos, expressa a sua forma de pen-

sar, de organizar, cria situações, troca saberes de forma oral, gestual e musical. O brincar e o aprender não se separam nessa etapa. Mas para que essas brincadeiras aconteçam de forma correta, tudo deve ser dirigido pelo professor. Ele deve observar suas crianças brincando, para fazer análises sobre seus desenvolvimentos.

Contudo, mesmo com todos os fatores apresentados acima, o mais importante para se atingir a qualidade da Educação Infantil é o professor, é ele que desenvolve o trabalho diretamente com a criança, colocando na prática o que foi planejado pela equipe escolar.

A formação do professor é reconhecida um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade adequados na educação [...]. No caso da educação da criança menor, vários estudos internacionais têm apontado que a capacitação específica do profissional é uma das variáveis que maiores impactos causam sobre a qualidade do atendimento. (BARRETO, 1994, p. 12).

O professor necessita estar sempre em busca da “inovação” dos conhecimentos/formação continuada, pois a educação está em constante transformação e atualização metodológica. Há poucos anos que a formação continuada começou a ser incentivada, com os planejamentos internos, externos, coletivos, com palestras, cursos e pós-graduações, propiciando crescimento, troca de experiências, reflexões e relação da teoria com a prática desenvolvida.

[...] a formação não se constrói por acumulação (de cursos, conhecimentos ou técnicas), mas sim por meio de um trabalho de reflexão crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é importante investir a pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência (grifo do autor). (NÓVOA, 1995, p. 25).

Como pôde ser visto, a Educação Infantil ficou em “segundos planos”, por muito tempo, quando não haviam investimentos a nível de governo para essa etapa. Com todas as transformações e mudanças ocorridas, ela conquistou seu espaço, voltando olhares de pesquisadores para qualificar essa área.

Com tudo isso, começou-se a almejar por qualidade, mas para que ela se desenvolva toda a equipe escolar deve ter os mesmos objetivos e metas, os investimentos terão que acontecer para a melhoria das escolas de forma geral. A lei deve ser cumprida de forma integral, independente de classe social e cultural, porque todos têm direitos de uma Educação Infantil de Qualidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na Educação Infantil: Avanços e Desafios no fazer pedagógico

A implementação de uma Base Curricular remete à Constituição Federal Brasileira, prevista no artigo 210 (BRASIL, 1988), reiterado pela LDB em seu artigo 26 (BRASIL, 1996).

Em 2009 o Programa Currículo em Movimento (BRASIL, 2009) mobiliza a sociedade na defesa de um currículo comum, na comunidade escolar. Mas esse debate só ganhou evidência a partir de 2014, com a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabeleceu vinte metas para melhoramento da Educação Básica, sendo que quatro delas estão diretamente conexas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2014a).

A BNCC começa a ganhar forma em julho de 2015, quando convidados e professores começam a trabalhar em “prol” do desenvolvimento da primeira versão. O esboço inicial ficou aberto para a consulta pública no site do MEC de outubro de 2015 a março de 2016.

As participações e contribuições foram significativas na consulta pública, por meio da plataforma virtual do Ministério da Educação (MEC). Vários foram os debates sobre os impactos no processo de ensino aprendizagem e na qualidade da educação com as sugestões apresentadas. O processo de construção foi marcado por tensões e críticas, umas delas foi a queixa da ausência da participação civil na elaboração da primeira versão.

Após, as contribuições recebidas pela consulta pública, da primeira versão, de algumas adaptações e da inserção de conteúdos de interesse da União, a segunda versão foi disponibilizada em maio de 2016 para análise. Os frutos desses seminários foram apontados em um relatório final elaborado pelo Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e pela Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação).

Em 15 de dezembro de 2017, o Conselho Nacional de Educação (CNE), votou pela aprovação do Parecer CNE/CP nº 15/2017. Assim, a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular foi aprovada por 20 votos a favor e 03 desfavoráveis (somente para Educação Infantil e Ensino Fundamental). Em 15 de dezembro, o documento final da BNCC foi remetido para o MEC, para que em 20 de dezembro de 2017 fosse homologado pelo ministro da Educação, Mendonça Filho e pelo presidente da República Michel Temer. Logo em seguida, foi instituída pela resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.

Vale lembrar que a BNCC não anula os documentos e leis que já estão postos; logo, as Diretrizes Educacionais anteriores à Base continuam valendo. Assim, a BNCC propõe um conjunto de orientações às equipes técnicas para a elaboração das propostas curriculares locais, definindo as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo do processo educacio-

nal, de forma que seu direito de aprender e desenvolver-se estivessem assegurados de acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE).

A BNCC traz princípios: Éticos, relacionados com a autonomia, a responsabilidade, a solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades; Políticos, focando os direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; Estéticos, que trabalhem a sensibilidade, a criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. Reafirma a indissociabilidade entre cuidar e educar e que o currículo permita a constituição das subjetividades humanas. É a síntese dos conhecimentos, saberes e valores produzidos e que todas as crianças brasileiras têm o direito de se apropriar.

Apesar da Educação Infantil ter sido consolidada como um direito da criança na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, e nas Diretrizes de 2010, fazia-se necessário compreender quem era a criança de zero a cinco anos e de que forma desenvolvia-se. Esse entendimento iria interferir no processo de organização do trabalho pedagógico.

Com a aprovação da (BNCC), a Educação Infantil, então, teve que ser implantada pelas escolas até o ano de 2020. Muitos foram os estudos em grupo (dia D), para sua implantação. A partir daí, a Educação Infantil passa a se organizar em de dois grandes eixos: as interações e as brincadeiras, que serão responsáveis por promoverem as “experiências”, onde as crianças irão desenvolver habilidades, por meio de suas ações e interações com outras crianças e adultos, possibilitando a socialização/troca e a aprendizagem.

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo

muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções. (BRASIL, 2017, p. 37).

Com base nos dois eixos estruturantes das práticas pedagógicas, foram criados seis direitos de aprendizagens e desenvolvimento, que vão garantir que as crianças aprendam a desempenhar um papel ativo nos ambientes que convivem e consigam resolver desafios vivenciados nos mesmos, construindo significados sobre o mundo social e natural, desenvolvendo-se integralmente, em um dos avanços que a BNCC nos traz. Em seus Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação Infantil, expõe:

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BRASIL, 2017, p. 38).

Essa concepção de que a criança é vista como sujeito construtor de conhecimento por meio das interações é o avanço mais importante que a BNCC nos traz, porque é por meio dessa concepção que ela vai ser vista como um sujeito que questiona, que cria hipóteses, que consegue tirar suas próprias conclusões, que assimila valores, o que traduz a necessidade da “intencionalidade educativa” definida na BNCC, como a organização das experiências propostas pelo professor, permitindo que a criança conheça a si mesmo, ao outro, que compreenda as relações com a natureza, com a cultura, o que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais, nas brincadeiras e experimentações. A intencionalidade deve estar presente em todos os momentos, serve como base na organização do planejamento, verificando a evolução da trajetória da criança no decorrer do ano letivo.

Tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), a BNCC propõe uma organização curricular

que leva em consideração o que as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses aprendem com suas experiências cotidianas avançando no que diz, respeito à padronização dos conteúdos e melhorando os métodos de ensino, lembrando sempre de adaptar à realidade do aluno, mas sabe-se dos desafios que terão que ser enfrentados para que isso aconteça.

Dessa maneira a BNCC no seu documento, divide os Campos de Experiências em cinco grupos: O eu, o outro e o nós: nesse campo vão ser criadas atividades e brincadeiras lúdicas, para que a criança desenvolva relações com ela mesma, com o outro e com a sociedade em geral, estando em contato com a diversidade e as diferentes culturas; Corpo, gestos e movimentos: esse campo vai trabalhar por meio dos sentidos, gestos e movimento, pois é por meio deles que a criança tem o seu primeiro contato com o mundo real. É a partir das vivências corporais que as crianças começam a estabelecer relações, brincar, produzir conhecimentos e desenvolver a linguagem.

Em primeiro lugar desenvolve-se a linguagem corporal para posteriormente desenvolver a comunicação verbal usando a língua materna. O corpo ganha nesse campo a centralidade, pois ele é o principal privilegiado das práticas pedagógicas com o cuidado físico. Traços, sons, cores e formas: nesse campo as crianças terão um maior contato com manifestações artísticas culturais e científicas, incentivando a produção de cultura própria, cabe ao professor então trazer para a sala de aula o teatro, a música, a dança, filmes, pinturas, fotografias, etc. para trabalhar o desenvolvimento dessas vertentes artísticas. Escuta, fala, pensamento e imaginação: esse é o campo do desenvolvimento da linguagem e da criatividade. Como já falamos a criança começa a desenvolver a linguagem desde que nasce, primeiro usam o corpo, o choro, o riso, o tato, e o olhar, e ao passar do tempo, vão desenvolvendo sons e ruídos até falarem

as primeiras palavras. Aqui a criança começará a desenvolver a comunicação de forma completa, não somente pela fala, mas pelo desenvolvimento do pensamento e da imaginação. É também aqui que a cultura escrita começa a ser trabalhada com mais enfoque, mas ela deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que demonstram. E espaços, tempos, quantidades, relações e transformações: nesse campo a criança irá ter uma experiência mais concreta com relação à matemática e às ciências. Elas verão o espaço, o tempo, as quantidades, os diferentes formatos dos objetos, os fenômenos naturais de forma lúdica e divertida, fazendo observações, manipulando objetos, investigando e explorando o seu meio, levantando hipóteses, buscando respostas às suas curiosidades e ampliando os seus conhecimentos de mundo.

Cada campo de experiência propõe objetivos de aprendizagem e desenvolvimento específicos organizados em 3 faixas etárias: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses), Crianças Bem Pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e Crianças Pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

A BNCC traz bem presente em seu texto, o acompanhamento e o desenvolvimento do processo de aprendizagem. A observação e o registro fazem parte dessa trajetória, principalmente nas experiências propostas, tudo com intencionalidade educativa, considerada um avanço importantíssimo para a educação. Essa intencionalidade não deve ser compreendida de forma equivocada, o aluno é o centro do conhecimento e protagonista de suas aprendizagens sim, mas tudo com objetivos e não simplesmente deixar à criança fazer por fazer determinadas atividades. Esses registros podem ser feitos por meio de relatórios, desenhos, fotos e textos permitindo mostrar as famílias as fases do desenvolvimento e a evolução de seus filhos. Sabe-se que, mesmo considerada um avanço, ainda temos grandes resistências dos profissionais da educação

para realizarem essas intencionalidades educativas, pelo fato de não compreender essa metodologia e serem resistentes a mudanças.

Devemos ressaltar aqui que a BNCC não é um currículo, mas sim um orientador curricular. No ano de 2018 os estados, juntamente com os municípios, reelaboraram seus currículos, adotando a BNCC como referência, adaptando-o de acordo com as necessidades locais e particulares. Podemos considerar o currículo como o principal desafio para as escolas, mas também se bem elaborado e desenvolvido, vai ser um avanço/marco com relação à criança e sua realidade local.

Uma vez que, segundo Kramer (2003, p. 22), ao se propor a desenvolver um currículo, faz-se necessário levar em conta o contexto de vida das crianças, suas características específicas, assim como a dos profissionais e das instituições de Educação Infantil. Para isso requer:

[...] reconhecer que as crianças são diferentes e tem especificidades, não só por pertencerem às classes diversas ou por estarem em momentos diversos em termos de desenvolvimento psicológico. Também os hábitos, costumes e valores presentes na sua família e na localidade mais próxima interferem na sua percepção do mundo e na sua inserção. E, ainda, também os hábitos, valores e costumes dos profissionais que com elas convivem no contexto escolar (professores, serventes, supervisores etc.) precisam ser considerados e discutidos.

O currículo, ao ser compreendido, norteia o fazer pedagógico e é o elemento básico no processo educativo. É ele que vai determinar a relação entre o que o aluno aprende e o que vivência ligando a teoria com a prática. Com a construção de um novo currículo, as escolas também tiveram que reformular o seu PPP, adaptando a metodologia e a proposta curricular às diretrizes da BNCC e ao novo

currículo, durante esse processo foram feitas vários encontros, discussões e reflexões sobre ele nas escolas, com a equipe e a comunidade (professores, funcionários e famílias), construindo de forma coletiva e colaborativa.

Com a nova proposta da Base, a reformulação do Currículo e do PPP, a criança que antes era tratada com um adulto em miniatura e era “cuidada” para suas mães conseguirem trabalhar, passam a ter seus direitos reconhecidos e muitos foram os avanços com relação à criança. A infância, desconhecida por muitos séculos, passa a ser a etapa essencial na vida do ser humano, rompendo com o assistencialismo, pois é nela que são desenvolvidos todos os aspectos emocionais, físicos, cognitivos e sociais.

Dessa forma o brincar, o cuidar e o educar são indissociáveis, porque é nesse meio que a criança se desenvolve, formando-se um sujeito construtor de conhecimentos. A BNCC destaca ainda a importância da formação continuada dos professores, para a constante atualização das práticas pedagógicas e das transformações culturais e tecnológicas, um desafio para as escolas e sistemas, levando-se em consideração a resistência dos profissionais, a organização de formações com relação às tecnologias e outras práticas pedagógicas.

Espera-se que a BNCC, consiga superar os desafios e lacunas já deixadas nesse processo histórico com a parceria das escolas, cobrando sempre, das mesmas, a teoria do seu documento com a prática de sala de aula.

Considerações finais

É a Educação Infantil a etapa de inserção da criança no contexto escolar, etapa essa em que todo o seu desenvolvimento, em suas diferentes facetas, ocorre, tornando-se todo e qualquer contato com a infância de suma importância para a sua constituição enquanto

sujeito. Destarte, para concluir, não há dúvidas sobre os avanços que a Educação Infantil alcançou desde que surgiu, em sua forma assistencialista até a função educacional. Tem como principal marco, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que reconheceu a criança como sujeito de direitos, inclusive o de uma educação de qualidade.

Antes da criação e implementação da BNCC, o Brasil já tinha em vigor dois outros documentos orientadores para a etapa da Educação Infantil: o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), de 1998, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), de 2009. A BNCC, por sua vez, foi elaborada à luz do que diz as DCNs, que serviam, aos professores, como um referencial curricular não obrigatório, mas que norteava a prática pedagógica das salas de aula. Além desses parâmetros já estabelecidos, a Base determina com mais clareza os objetivos de aprendizagem propostos do que os documentos anteriores e propõe um currículo mínimo para que as escolas possam se orientar e ampliar o seu fazer pedagógico.

Mais do que trazer um breve percurso da Educação Infantil no Brasil, de estabelecer o que é uma educação de qualidade, abordamos a implementação da BNCC, nessa etapa educacional, destacando os pontos principais para entender como está orientado esse processo.

A BNCC, ganhou evidência no ano de 2014 com a promulgação do Plano Nacional de Educação, onde estabeleceram-se metas para melhorar a qualidade da educação básica. Nestes termos, a pesquisa nos mostra o que já avançamos no fazer pedagógico da Educação Infantil após a implementação da BNCC nos currículos escolares e o quanto ainda podemos e devemos avançar constantemente, considerando-se as mudanças sociais

e culturais, os tempos e espaços da primeira infância e suas respectivas necessidades para que o desenvolvimento integral ocorra e que possamos, assim, garantir o direito de aprender exposto nas diretrizes da BNCC.

Tais avanços, por sua vez, dependem de uma formação inicial e continuada qualificada para os professores, a fim de que possam garantir a melhoria constante da qualidade da educação na infância.

REFERÊNCIAS

- ANFOPE. **Repúdio ao processo de elaboração, discussão e aprovação da BNCC e a sua implementação.** Posição da ANFOPE sobre a BNCC. Goiânia/GO: 2017. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/website/noticias/390-2017-09-11-17-16-17>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- BARRETO, A. M. R. F. **Por que e para que uma política de formação do profissional de Educação Infantil?** Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de Educação Infantil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil. Brasília: DF: MEC/SEF/COEDI, 1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305 p.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política nacional de Educação Infantil.** Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1994a.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. (3 volumes).
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil.** Coordenação Geral de Educação Infantil, v. 1 e 2. Brasília, DF: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998b.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** Lei nº 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Indicadores de qualidade na Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a base. Brasília: MEC/ CONSED/ UNDIME, 2017.
- FERREIRA, M. C. R. (Org.). **Os fazeres na Educação Infantil.** São Paulo: Cortez, 2000.
- KRAMER, S. (Org.). **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a Educação Infantil.** 14. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- MARCILIO, M. L. **A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950.** In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). **História Social da Infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1997.
- NÓVOA, A. (Org.) **Formação de Professores e profissão docente.** Os professores e a sua formação. Lisboa, Portugal: Dom Quixote, 1995.
- VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção possível.** 24ª edição. Campinas: Papirus, 1995.
- ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil.** Porto Alegre: ArtMed, 1998.